



GT 54. Interculturalidade e Saúde Pública no Brasil: projeto social, político, ético e epistêmico.

Coordenador(es):

Maria Helena Ortolan (UFAM)

Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UNB - Universidade de Brasília)

Compartilhando a compreensão de Catherine Walsh (2009:14) sobre interculturalidade - "entendida como proceso y proyecto social, político, ético y epistémico -, a proposta do Grupo de Trabalho é reunir trabalhos resultantes de pesquisas etnográficas e também de reflexões de agentes atuantes no campo da saúde pública, com objetivo de promover discussões analíticas sobre a complexidade da implementação de políticas públicas de saúde pautadas pelo princípio intercultural em sociedades e Estados-nações que, efetivamente, mantêm estruturas sociais e políticas monolíticas. O desafio teórico-metodológico aqui é compreender a interação de culturas diversas e não seu isolamento. No contexto globalizado contemporâneo, com intensificação das relações entre povos de culturas diversas, Néstor García Canclini ressalta a necessidade do estudioso "converterse en un especialista de las interseccion" (2005:101), considerando a interação das diferenças a partir de concepções como "desigualdade", "conexão/desconexão", "inclusão/exclusão". No campo da saúde pública no Brasil, por exemplo, a promoção da atenção à saúde indígena "contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política", como pretende a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, continua sendo um grande desafio político e epistêmico. Espera-se aqui discutir outros exemplos de atenção à saúde que exigem a interculturalidade, seja por diferenças étnicas ou mesmo outras.

O Protagonismo de Mulheres Kaingang em Itinerários Terapêuticos no Sul do Brasil como Subsídio para Reflexões sobre a Atuação de Profissionais de Saúde em Contextos Interculturais

Autoria: Ari Ghiggi Jr (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Neste work abordo alguns pontos desenvolvidos etnograficamente em minha tese de doutorado defendida em 2015. Parto da constatação que as mulheres Kaingang são as primordiais condutoras dos itinerários terapêuticos oriundos da Terra Indígena Xapécó, oeste de Santa Catarina. Significa dizer que são elas as responsáveis por (re)avaliar constantemente o desenrolar dos processos de saúde, enfermidade e atenção e desenvolver estratégias para viabilizar tratamentos para os mais diversos tipos de enfermidades quando o foco são os grupos domésticos. Os trânsitos, agenciamentos e articulações dos diferentes recursos terapêuticos localmente tidos como referenciais nos fazem encarar os processos de autoatenção como esferas de empoderamento das mulheres. Este pano de fundo nos ajuda a refletir sobre a Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas e o papel dos profissionais de saúde que atuam em contextos interculturais, sugerindo que atitudes mais dialógicas nas suas rotinas de work perpassam pelo estímulo da autonomia dos grupos locais no tratamento dos problemas de saúde que enfrentam.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: